

Trabalhadores, Economia Solidária e Novas Subjetividades.

Luiz Antonio da Silva.

Cita:

Luiz Antonio da Silva (2007). *Trabalhadores, Economia Solidária e Novas Subjetividades*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1389>

Trabalhadores, Economia Solidária e Novas Subjetividades.

Prof. Dr. Rogério Cunha Campos.*

Prof. Ms. Luiz Antonio da Silva.**

“O inimigo principal não é o capitalismo, tampouco o imperialismo, nem sequer a ditadura militar; não companheiros. O inimigo principal é o medo e o levamos dentro de nós”. (Eduardo Galeano).

Este texto tem como principal objetivo analisar mudanças na concepção de vida e trabalho que se verifica entre aqueles e aquelas que participam de experiências de economia solidária propiciadas pelos processos educativos.

Partindo do pressuposto de que economia solidária se distingue da economia capitalista pelo estímulo à solidariedade entre seus membros mediante a prática da autogestão e a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos, conforme abordagens de SINGER (2003), SANTOS (2005) e MANCE (2002), o artigo tem como objetivo analisar possíveis mudanças nas concepções de vida e trabalho verificadas entre aqueles que participam de experiências de economia solidária na região do Vale do Aço, (Minas Gerais, Brasil). Busca compreender a singularidade da economia solidária nesta região e interpreta ainda, os indícios de estreitamento da noção de trabalho e de processos educativos presentes na teoria social.

Entre os aspectos mais importantes abordados, destaca-se a necessidade de desnaturalização do determinismo tecnológico impregnado em considerável parcela dos atores

* Professor adjunto de graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade São Paulo (Brasil) e Pós Doutor em Educação pela Universidade de Barcelona, (Espanha).

** Professor de graduação do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Brasil), doutorando em educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista.

sociais, particularmente aqueles atinentes à concepção de desenvolvimento. Tal postura denota uma compreensão passiva dos atores sociais frente às mudanças tecnológicas ao escamotear de forma sistemática o fato principal de que o desenvolvimento tecnológico é determinado como também determina os processos sociais mais amplos.

A evolução da tecnologia revela, a cada momento de sua história, uma profunda interação entre os incentivos e oportunidades que favorecem as inovações tecnológicas e as condições sócio-culturais do grupo humano no qual elas ocorrem. Pode-se dizer que há três pontos principais que determinam a adoção e divulgação de uma inovação tecnológica: a necessidade social, os recursos sociais e um ambiente social favorável. A necessidade social determina que as pessoas desejem destinar recursos à aquisição de um objeto e não de outra coisa. Os recursos sociais são igualmente indispensáveis para que uma inovação seja bem-sucedida. Muitas invenções fracassam pelo fato de não haver recursos sociais indispensáveis para sua realização (capital, matéria-prima, mão de obra qualificada). Um ambiente social favorável é aquele em que os grupos sociais dominantes estão preparados para se empenhar na defesa da inovação tecnológica.

As mudanças tecnológicas nos meios de produção são resultado da dinâmica social, ou seja, a tecnologia, por exemplo, avança, no chão da fábrica, porque é necessário ampliar a extração da mais-valia relativa, já que o capital variável depende da correlação de forças. Como conseqüência, onde existe um movimento sindical operário forte é impossível elevar a margem de lucros, às vezes mesmo manter, sem que sejam introduzidas máquinas mais sofisticadas, que prescindam do trabalho humano. É a luta de classes, contraditoriamente, que atua como um dos vetores da sofisticação dos meios técnicos na produção.

Cabe, portanto, entender que não há um exclusivo padrão de desenvolvimento tecnológico, gerador de exclusão social, de precarização das condições de vida e trabalho e predador do meio ambiente. Outro modelo de desenvolvimento pode ser testado e implementado na medida em que homens e mulheres sejam capazes de conceber e implementar novos padrões de sociabilidade, como por exemplo, aqueles inspirados nos princípios da economia solidária.

Apesar da variedade de conceitos existentes sobre economia solidária, caracterizamo-la como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. O conceito se refere à organização de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003).

Outro aspecto importante da reflexão é o esforço empreendido de recuperar e valorizar a dimensão de totalidade dos processos sociais e sua intrínseca relação com o particular, pois nos últimos anos, presencia-se no mundo acadêmico, análises sobre mundo do trabalho, restritos a estudos de caso particulares destituídos da necessária relação com a totalidade.

A análise dos diferentes enfoques teóricos sobre a relação trabalho e educação permite entender como ocorre a oscilação entre tendências de caráter determinista sobre o desenvolvimento tecnológico e outras que a pensam como processos sociais amplos, determinantes e determinados por fatores de ordem política, econômica e cultural. A explicitação de tais referências contribui para reafirmar a hipótese sobre a existência de novas relações sociais, pautadas pelos princípios da economia solidária. Ajuda também, no esforço de proceder à ampliação das noções de processos educativos e de trabalho no mundo contemporâneo, o que favoreceria a compreensão das novas relações sociais de produção e a crítica sobre os fundamentos do modo de produção vigente.

Compreender a natureza das metamorfoses do trabalho na atualidade favoreceria, ainda, a caracterização e questionamento dos processos sociais mais amplos na atualidade, influenciados pela lógica neoliberal que se define por um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70, sendo o seu principal inspirador, Milton Friedman. Teria ocorrido no mundo uma mudança histórica nas relações institucionais entre o (mercado e estado) e entre (empresas e mercado).

Em que consistiria afinal essa mudança?

Fundamentalmente, a mudança consistiria no seguinte:

Contrariamente às previsões do marxismo, assistimos hoje uma virada no desenvolvimento das forças produtivas, orientadas para uma direção de caráter mais privado. Estaríamos numa nova etapa de capitalismo competitivo que afeta a relação: estado – empresa - mercado. A conjuntura do pós-guerra fez com que estado e mercado tivesse grande expressão, pelo menos até meados da década de 70. Por volta dos anos 70 e já especificamente nos anos 80, ocorre uma virada histórica no desenvolvimento do capitalismo. Três aspectos caracterizam essa virada. (GÖRAN, 1995).

Nos anos 70, começa haver um processo de desindustrialização relativa nos países de capitalismo avançado. Com exceção dos serviços sociais e dos serviços públicos, os serviços privados começaram a se produzir em empresas menores e, sobretudo em unidades produtivas muito mais dependentes do mercado e da demanda dos clientes, o que provocou uma transformação na constituição da sociedade moderna.

A nova modalidade de produção, graças ao uso de tecnologias mais flexíveis, representou maior capacidade de adaptação às demandas do mercado; tal processo teve importância na macroeconomia do capitalismo avançado, pois modifica as relações de força e de poder entre as empresas individuais e o poder do mercado.

A expansão absolutamente enorme dos mercados financeiros internacionais ganha enorme importância na medida em que são muito competitivos e possuem uma forte dinâmica competitiva; causa impacto grande na mudança produzida nas relações entre mercados e estado, pois os estados são menores que tais mercados e ao mesmo tempo, dependem da confiança destes mercados para implementar as políticas estatais; por fim, tais mercados podem gerar mais capital do que o próprio Estado, daí o estímulo à onda de privatizações.

A acumulação flexível, modelo que combina diferentes formas de organização do processo laboral, ao mesmo tempo em que mantém e amplia os mecanismos de acumulação capitalista vem acompanhada da deterioração nas condições de vida e trabalho. Neste contexto, em que medida as experiências de economia solidária estão sendo capazes de forjar uma contra-hegemonia a referidos processos?

Aspectos da economia solidária na região do Vale do Aço devem ser considerados, pelo fato de ser, do ponto de vista do “capital”, um dos espaços econômicos mais importantes do país, tendo se constituído em locus privilegiado para experimentos sociais alternativos. A explicitação de tais aspectos contribuirá para novos tipos de intervenção sócio-cultural, capaz de promover melhorias efetivas nas condições de vida e trabalho. Nesse processo, há toda uma experiência de resistência, mobilização, organização e luta que em certa medida são resgatadas para ilustrar e reafirmar a hipótese sobre o caráter não determinista do desenvolvimento tecnológico e dimensionar, do ponto de vista da teoria social, o alcance de tais experimentos em termos de uma nova concepção de organização, mobilização e capacidade de formulação de propostas, propiciados por tais experimentos. Tal reflexão permitiria, ainda, a avaliação crítica dos impasses que os trabalhadores (as) enfrentam na perspectiva emancipatória propiciada pelos processos educativos.

Novas subjetividades na economia solidária.

Quando os movimentos sociais na América Latina pareciam recobrar-se, tímida e lentamente, do legado da ditadura militar que marcou o continente profundamente durante mais de duas décadas, eis que a classe trabalhadora foi tomada pelo medo de ser, propor e fazer que mantinha os sonhos internos da democracia. O medo ao novo, a possibilidade de arriscar-se a construir, o medo de pensar diferente, o medo de recuperar a identidade perdida se somavam como um fantasma do qual dificilmente se poderia livrar.

O medo em muitos casos começou a disfarçar-se em prudência e pragmatismo. A capacidade de propor, de inovar e de recriação permanente dos processos educativos também se viram afetados por este clima. Porém, o início da democracia, no caso brasileiro, por exemplo, com seus novos cenários e desafios, era apenas um elemento entre outros processos que iam desencadear um dos momentos históricos da humanidade mais acelerados e com maiores impactos nas maneiras de entender o mundo e constituir o conjunto das relações que se dão nele.

Precipitaram-se sobre nossas vidas e países as modificações estruturais que nos levaram com toda sua força para o neoliberalismo, hoje conhecido como economia de mercado numa intenção de suavizar o nome. Também chegaram até nós, publicamente, as vozes de uma forte crítica ao projeto da modernidade que nos servia de pano de fundo para nossas ações e pensamentos. E enquanto tentávamos nos re-acomodar frente aos novos cenários, uma nova explosão industrial nos leva com uma facilidade impressionante pelo mundo das novas tecnologias (da cibernética, da biotecnologia, dos robôs, da telemática). A crise do socialismo real expresso no colapso da URSS e na queda do muro de Berlim vem acompanhada do levantamento de outros tantos “muros” como aquele da fronteira entre México e EUA e o redesenho das fronteiras que divide a Palestina de Israel; tais fatos nos deixam perplexos diante dos desafios colocados para construção e consolidação de novas subjetividades nos processos educativos no interior dos movimentos sociais.

Este processo acelerado tirou o chão de nossos pés, derrubou também grande parte das certezas com as quais havíamos trabalhado de forma empenhada em nossos projetos educativos, nos invadiu um ar crescente de incerteza. Aumentou em nós o medo frente ao novo, na ausência de respostas e alternativas. Em muitos casos fomos nos immobilizando, perdemos o rumo, e muitos abandonaram o barco do “popular”. O medo continua sendo uma presença cotidiana em nossas vidas.

Porém a incerteza nem sempre é sossego. Carregados de incertezas fomos aventurando em tocar espaços que nos pareciam sagrados, tentamos descobrir ou redescobrir outros, nos obrigamos a buscar e construir novas maneiras de entender e implementar projetos de intervenção política-educativa nos movimentos sociais; deixamos brilhar sentimentos esquecidos e encontramos diferentes experiências que redimensionaram nossa subjetividade e nossa objetividade; caminhamos entre encontros e desencontros, entre amores e desamores pelas trilhas da educação popular.

Essa tentativa de caminhar Tateando, construindo o caminho, derrotando o medo sem deixar de percebê-lo presente é que levam-nos a refundamentar as práticas educativas no meio popular. Esse caminho construído desde distintas perspectivas e experiências é que permite

impulsionar um processo de desconstrução e reconstrução criativa dos processos educativos de acordo com os novos desafios de nossa época.

Nas décadas recentes, tem surgido e se propagado uma grande diversidade de práticas de colaboração solidária no campo da economia. Podemos mencionar: *autogestão de empresas pelos trabalhadores, comércio équo e solidário, organizações de marca, agricultura ecológica, consumo crítico, consumo solidário, os sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, sistemas comunitários de intercâmbio, rede global de trocas, economia de comunhão, sistemas de micro-crédito e de crédito recíproco, bancos do povo, sistemas locais de moedas sociais, difusão de softwares livres, entre muitas outras práticas de economia solidária.* MANCE (2002:236).

Analisamos a experiência de desconstrução e reconstrução propiciada pelos processos educativos vivenciados pelos trabalhadores (as) que participam de experiências de economia solidária na região do Vale do Aço, Minas Gerais, Brasil. Propiciam mudanças na concepção de vida e trabalho dos participantes, pois rompem com o ideário hegemônico de nossa época de que não há alternativa nenhuma ao capitalismo neoliberal. Possibilita aos movimentos sociais a formulação de alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo, emancipatória, viáveis e que, por isso, dão conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica. (SANTOS, 2003:24). Esta reinvenção de formas econômicas propiciadas pela economia solidária, também significa alternativa sistêmica ao capitalismo, pois os processos educativos apontam como perspectivas, formas de organização econômica baseada na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente.

As experiências de economia solidária, observada em diferentes países nas últimas décadas do século XX se baseiam em formas de associativismo e cooperativismo que têm por fundamentos o processo social da cooperação e do auxílio mútuo, segundo o qual aqueles que se encontram na mesma situação desvantajosa de competição conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência.

Apesar de existir uma variedade de conceitos sobre economia solidária, caracterizamos-la como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau

de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. O conceito se refere à organização de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003:116).

A análise dessas experiências implica a busca dos fundamentos sociais, culturais e educativos implícitos na emergência da economia solidária, que traz em si uma espécie de renascimento de valores históricos que fazem parte da cultura do movimento operário tais como, autogestão, autonomia, solidariedade e outros.

A multiplicação dos grupos de geração de trabalho-renda, de cooperativas populares e outras formas associativas nos últimos anos ganhou importância decisiva na agenda dos movimentos sociais, pois proporcionam aos participantes, a oportunidade de conhecer e defender valores que se contrapõem à economia competitiva, característica do sistema capitalista de produção.

Diversos segmentos sociais têm extraído e oferecido lições de resistência e afirmação dos princípios e valores que norteiam a economia solidária. Destacam-se: catadores de lixo, mulheres desempregadas, jovens, negros, agricultores, e outros. A eclosão de tais experiências na sociedade brasileira durante os anos noventa, tem provocado mudanças na cultura política dos movimentos sociais, que para aperfeiçoar seus métodos de ação frente à crise do mundo do trabalho desenvolve todo um esforço coletivo de re-significar as ações sociais desencadeadas pelos atores emergentes de referida crise.

O cooperativismo popular emergente significa uma das formas criativas, mobilizadoras e solidárias para o trabalho. A conjugação de esforços entre os cooperados propicia em nosso entendimento, a otimização da mão-de-obra e a democratização do aprendizado e das oportunidades. É, sem dúvida, um horizonte dos mais promissores no momento em que se buscam opções no combate ao desemprego e suas conseqüências. Significa oportunidades de crescimento em termos de cidadania ativa e transformação social e cultural.

Na década de noventa, a globalização da economia e a reestruturação produtiva, somada à privatização das empresas públicas, teriam representado para os trabalhadores brasileiros uma dramática ruptura nos padrões de sociabilidade, responsável por um quadro de desemprego e precariedade das condições de trabalho. A partir do momento que a referência social do trabalhador está atrelada à sua inserção na economia, a perda do trabalho formal significa muito mais que a perda financeira. Significa ainda, o sentimento de não pertencimento à coletividade, o que causa conseqüentemente, um profundo mal estar social.

Como estratégias de sobrevivência a referidos processos excludentes, constata-se entre os trabalhadores e trabalhadoras, o florescer de importantes experiências organizativas, tais como grupos, associações, cooperativas populares, com suas vitórias e derrotas, fracassos e sucessos. Tais experimentos marcaram definitivamente o mundo do trabalho nos anos noventa e início de milênio, pois são indícios do surgimento de novas relações de trabalho que podem questionar e superar no futuro, os mecanismos estruturais do “velho” modo de produção capitalista.

O alargamento da noção de trabalho e de processos educativos, por sua vez, nos desafia a refletir sobre a capacidade e potencialidade de referidas experiências, no sentido de serem ou não serem capazes de apontar para a contestação e superação do sistema capitalista, qual seja, somos desafiados a analisar as principais lições extraídas do emergente cooperativismo popular e sua importância para a consolidação dos princípios de economia solidária.

Associativismo e cooperativismo popular na região do Vale do Aço expressam um sentimento de inquietação e indignação das classes trabalhadoras em relação ao *status* dominante, apontando, surpreendentemente, para a construção de algo novo que carece de análise e explicação das ciências que se ocupam do homem e da mulher no mundo contemporâneo. Podem indicar a adoção de uma postura alternativa, autogestionária, diferente da compreensão de assalariado estrito senso, vendedor pura e simplesmente de sua força de trabalho e, portanto, “coisificado” no processo de produção.

A economia solidária, incipiente nesse quadro de reestruturação produtiva, favorece a emergência de uma nova cultura política, com ênfase, sobretudo no processo de radicalização

da democracia, pois penetra a esfera econômica e social, pouco ou quase nada atingida pelo processo de transição democrática ocorrida no Brasil a partir dos anos 70/80¹. Impulsionada, sobretudo a partir de meados da década de noventa, propiciaria em tese, a criação de novos valores, novas relações e, sobretudo, novos horizontes para o desafio de emancipação e/ou inclusão social da subalternidade no mundo contemporâneo.

Emancipação social e economia solidária.

(...) um movimento social se articula por força de interesses, carecimentos e necessidades que permitem a emergência de sujeitos sociais coletivos. Isto se liga a uma idéia de fazer a história através dos movimentos da sociedade e, modernamente, ao problema da construção de formas de organização social e de poder, que se traduzem sempre por alguma perspectiva ideal de utopia racional nos termos marxistas. (HELLER, 1993:94).

Refletir sobre as relações entre as experiências do conhecimento emancipatório na vida cotidiana, muitas vezes denominado senso comum e a construção sociológica do conhecimento diante do movimento não linear e descontínuo da sociedade têm sido o desafio metodológico de natureza mais geral para a implementação do presente estudo.

No contexto de intensas transformações sociais, econômicas e políticas, provocadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais nos processos de produção capitalista tem-se o acirramento dos conflitos e sentimento de indiferença social, o que tornam oportunas questões e preocupações sobre os fundamentos da era contemporânea.

Tais transformações têm sido abordadas, tendo como referência temas emergentes no cenário histórico contemporâneo, principalmente, aqueles que tratam das experiências, lugares e significados do trabalho na vida cotidiana.

No exercício da *imaginação sociológica*, refletir sobre tais abordagens estimula o aperfeiçoamento da *curiosidade epistemológica*. A questão central reside na problematização

¹ Há uma vasta literatura das ciências sociais sobre os dramas da transição democrática brasileira. Destacam-se a nosso ver as análises realizadas por Boaventura de Souza Santos, in: Democratizar a Democracia. São Paulo: ed. Cortez, 2005.

das grandes narrativas da ciência moderna, pautada na relação de causa/efeito numa perspectiva linear. Na linha teórica dos historiadores ingleses, E. P. Thompson, mais precisamente, questionamos a preocupação quase que exclusiva de certas narrativas da ciência moderna, por estarem muito preocupadas com o porquê dos fenômenos sociais, sem darem a devida atenção ao seu funcionamento interno. Ou seja, ao descobrirem o porque desse ou daquele fenômeno, não se conhece exatamente o como aquele evento ocorreu e nem como aquela situação é vivida por aqueles personagens. Do ponto de vista metodológico, trata-se de enfrentar o desafio maior de transformar temas e questões da atualidade em análises das ciências sociais. Pensar o cotidiano na lógica da descoberta e não na lógica da demonstração. Por exemplo: como as relações de exploração e dominação aparecem no cotidiano de quem as vive? Como os atores sociais sentem, pensam e vivem tais relações? Trata-se, portanto, de uma perspectiva humanista, pois privilegia a abertura para o inesperado, capaz de refletir de forma articulada as experiências individuais e coletivas.

Nesta perspectiva analítica, o estudo das iniciativas e ações implementadas pelos trabalhadores e trabalhadoras na região do Vale do Aço sob o ponto de vista da vida cotidiana implica a superação de uma certa postura metodológica que minimiza a importância do conhecimento do senso comum. Nesse enfoque, conforme nos chama a atenção MARTINS (2000), *o senso comum é desqualificado, destituído de verdade, fonte de equívocos e distorções*. E tanto positivistas como marxistas caem nessa armadilha preconceituosa. Para uns, só o fato desprovido de vida é social, para outros, só a conversão consciente ao projeto de revolução pode revolucionar a vida.

Situando-se no âmbito intermediário de investigação e superação do que o senso comum tem sido para a interpretação acadêmica, MARTINS (2000) faz uma reflexão capaz de se diferenciar das orientações teóricas e metodológicas de marxistas e fenomenologistas. Acredita na possibilidade de um encontro justamente naquilo que é na verdade o lugar do conhecimento do senso comum na vida cotidiana e, também, na história.

O senso comum é comum, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. (...) não há

possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. MARTINS, (2000:59).

Parece-nos oportuno, portanto pensar o cotidiano como o fio condutor do conhecimento nas ciências sociais de forma geral, o que implicaria em nosso entendimento, repensar a delimitação do objeto de estudos dessas ciências. Muitas vezes, um objeto é aquilo que os métodos de abordagem permitem ou determinam. Ambos se condicionam e eventualmente, ambos se determinam mutuamente. As ciências humanas em geral não nos oferecem um programa coerente que guie a investigação, ao contrário do que acontece com as ciências exatas. Enquanto os conceitos nas ciências exatas têm um significado preciso, nas teorias sociais, em contrapartida, os conceitos são relativamente vagos e ambíguos, passíveis, portanto de serem instrumentalizados.

Contrário às posições que reduzem o cotidiano ao rotineiro, repetitivo e a-histórico, PAIS (2003:56) considera que o cotidiano é o:

(...) cruzamento de múltiplas dialéticas entre o rotineiro e o acontecimento. Para que se torne efetivamente em fio condutor do conhecimento da sociedade, torna-se importante que haja o entrelaçamento dos planos micros com a macro-análise sociológica, que significa entender o comportamento dos indivíduos com os planos que resultam da conjugação de variáveis macro-sociológicas, como por exemplo, o poder, autoridade.

O que importa é vincular a historicidade absoluta de um ato à generalidade de uma estrutura social, fazendo ressaltar a imbricação de atos ou acontecimentos individuais ou interacionais com estruturas sociais globais.

Nessa linha de interpretação, cabe destacar que do ponto de vista de uma sociologia da vida cotidiana, não é apenas importante àquilo que fixa as regularidades da vida social, mas também aquilo que a perturba. O cotidiano é espaço por excelência de ações repetitivas, mas também é o espaço de inovação. Um dos desafios da Sociologia da vida cotidiana está em estabelecer uma ligação entre os grandes dispositivos sociais e os dispositivos micro-sociais que regulam ou informam a vida social. *“Da mesma forma que a sociologia da vida cotidiana não deve fazer abstração da individualidade, também não deve desconsiderar as proposições*

concernentes à estrutura social envolvente das interações”. (PAIS, 2003:113) Em síntese, trata-se de mover-se em dois campos paradigmáticos: o interesse em olhar a sociedade em nível dos indivíduos e também o interesse em ver como a sociedade se traduz na vida de tais indivíduos.

Nas trilhas da pesquisa, cabe-nos indagar sobre como coletar dados e informações no interior de uma realidade tão carregada de contradições? Como a experiência de organização dos grupos e outras formas associativas de produção, têm sido interpretadas pelos teóricos dos movimentos sociais, como por aqueles e aquelas que vivem essas experiências no cotidiano?

Qual o significado mais preciso dos silêncios, dos não ditos de diferentes participantes? Trata-se, portanto de um outro tipo de inserção na realidade. Não se trata de ir aos grupos para poder explicar a realidade, mas sim de adotar uma postura metodológica que privilegia o entendimento sobre a dinâmica da vida social. Daí a importância dos sinais produzidos e compartilhados pelos participantes de referidas experiências que seriam indícios de novas sociabilidades forjadas nas novas relações de trabalho emergente. Como a condição de classe é vivida e experimentada nessa situação.

Nesta linha, um dos aspectos a ser privilegiado é o que trata da aquisição e/ou produção de saberes por parte dos participantes de referidas experiências. Partimos do pressuposto fundamental de que o conhecimento, no sentido mais geral do termo, é construído pela espécie humana ao longo de sua história. Ele é transmitido de uma geração para a outra e, sendo assim, é cumulativo.

O animal nasce em um meio e pouco transforma este meio. Além do mais, ele aprende poucas coisas dos adultos. A condição da espécie humana é completamente diferente. O homem (no significado de ser humano, incluindo os dois gêneros, masculino e feminino) transforma o seu meio, pela sua atividade, pelo seu trabalho. Portanto, um ser humano vive em um mundo que foi criado (a partir de condições naturais) pelas gerações precedentes. Até tal ponto que hoje em dia, o homem pode destruir esse mundo, inclusive sem querer. Isso significa que as demais espécies vegetais e animais também vivem (ou se extinguem) num mundo criado pelo homem.

Sendo assim, a cria do homem nasce em um mundo humano. Para sobreviver, há de adaptar-se a este mundo. Essa adaptação só é possível porque outros seres humanos (os seus pais, os adultos) cuidam dela e lhe mostram ou ensinam o que possibilita sobreviver neste mundo. Em outras palavras, o filho do homem recebe uma educação. Esta possibilita que ele se torne um ser humano de tal lugar e tal época. No decorrer da sua vida e com base neste ponto de partida, ele também vai participar da transformação do mundo, de tal modo que cada geração contribui para a construção do mundo humano.

Portanto, na história desenvolve-se um duplo processo cumulativo, o que constrói o mundo e o que constrói a espécie humana. O ser humano transforma o mundo pelo seu trabalho e, tendo essa atividade, ele transforma a si mesmo. Este duplo processo é que Marx chama de práxis.²

Ao transformar o mundo e para transformá-lo, o homem produz conhecimentos, sobre o mundo, sobre o próprio homem, sobre a maneira como transforma o mundo (como construir instrumentos, criar animais, atuar coletivamente com outros homens, etc.). Estes conhecimentos são transmitidos de uma geração para a seguinte, graças à educação.³ Portanto, são eles também cumulativos. A história é este triplo processo de construção de um mundo, de conhecimentos e de uma espécie com características específicas. Só há uma história por este processo ser cumulativo e só pode ser cumulativo graças à educação.

Assim, diante da questão "o que é conhecimento?", respondemos: é tudo quanto a espécie humana criou no decorrer da transformação do mundo e dela mesma. Quando se leva em consideração a dimensão social da questão deve-se acrescentar a idéia de que, apesar de serem todos produzidos pela atividade do homem ao longo da história da espécie, os vários tipos de conhecimentos não são valorizados igualmente pela sociedade. Os conhecimentos são construídos pela atividade coletiva dos homens, portanto em sociedades. Conseqüentemente,

² . Na primeira das teses sobre Feuerbach, Marx define a Práxis como atividade prático-crítica, isto é, como atividade humana perceptível em que o real é concebido subjetivamente.

³ . A este respeito, lembramo-nos da clássica formulação de Émile Durkheim, ao afirmar que "a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina". (DURKHEIM, 1978: 103)

eles trazem as marcas das relações de dominação e desigualdade que permeiam essas sociedades. Estas relações manifestam-se sob três formas.

Manifestam-se no próprio conteúdo do conhecimento. Por exemplo, quando se diz que o Brasil foi descoberto em 1500, despreza-se os índios que ali já viviam. Manifesta-se, também, na repartição social dos vários tipos de conhecimentos. Grupos, comunidades, classes sociais não valorizam e priorizam os mesmos tipos de conhecimentos. Enfim, as relações de dominação e desigualdade manifestam-se na hierarquização social dos conhecimentos. Não é por acaso que o escravo não tinha o direito de aprender a ler. De um modo geral, se encontram no tope da hierarquia os conhecimentos abstratos e embaixo os conhecimentos ligados ao corpo e ao trabalho como uma matéria concreta. Só há uma exceção: é valorizado também o que é raro, inclusive no uso esportivo, artístico ou espetacular do corpo. E seja qual for o tipo de conhecimento, ele é uma obra humana. Sendo assim, o conhecimento traz a marca das relações sociais de dominação e de desigualdade. Há aí um problema-chave no que diz respeito ao acesso ao conhecimento.

Bernard Charlot (2005:20) ao estudar a noção de relação com o saber entre as classes populares enfatiza como a “relação com o saber” é vista como *uma relação de sentido, e, portanto de valor, entre um indivíduo (ou um grupo) e os processos ou produtos do saber*. A este respeito, pode ser útil distinguir e articular as relações de identidade e epistêmicas com o saber. A “relação com o saber” se enraíza na própria identidade do indivíduo: questionam seus modelos, suas expectativas em face da vida, do futuro, do ofício futuro, da imagem de si mesmo e das suas relações com as figuras parentais. Falamos então de relação de identidade com o saber. Mas o que está em jogo na “relação com o saber” é também a própria natureza do ato de aprender; aprender é se apropriar do saber, construir um sentido, saber como se conduzir em qualquer circunstância, cumprir suas obrigações profissionais. Aí, então, falamos de relação epistêmica com o saber.

A questão é sempre compreender como se opera a conexão entre um sujeito e um saber ou, mais genericamente, como se desencadeia um processo de aprendizagem, uma entrada no aprender. Se o sujeito já está em atividade, a questão é compreender o que sustenta sua mobilização. De certa forma, pode-se dizer que toda problemática da relação com o saber, assim

como todo estudo empírico inserido no quadro desta problemática, tem como objetivo elucidar as condições e as formas dessa mobilização. (CHARLOT, 2005, 19).

Uma metodologia de pesquisa sobre processos educativos, coerentes com a problemática “da relação com o saber” deve centrar no problema da mobilização do sujeito no campo do saber e do aprender ou no confronto com este ou com aquele saber. Mais precisamente se deve centrar nas fontes dessa mobilização e nas formas que ela assume. A questão é captar um processo que se pode designar, conforme a dimensão privilegiada pela análise, por diversos nomes: o processo aprender (considerando o sujeito em confronto com o patrimônio humano), a mobilização (considerando a entrada e a manutenção do sujeito na atividade).

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3^a. ed. São Paulo:Boitempo editorial, 2000.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 5^a. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-humano – a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível - a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BLASS, Leila. “Trabalho e suas metamorfoses”. In: DOWBOR, Ladislau et aliii (org.), **Desafios da globalização**, Petrópolis: Vozes, 1998.

BRITO, José Eustáquio de. **O Caráter Pedagógico da Produção Associada: estudo de caso sobre o aprendizado da autogestão na Cooperativa Autogestionária dos Trabalhadores da Mambrini – COOPERMAMBRINI**. Belo Horizonte: UFMG/ Fae, 2003. 136 p.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação dos Professores e Globalização – questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GARCIA, Regina Leite (org.) **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: ed. DP&A, 2000.

MANCE, Euclides André (org.) **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, Ifil, 2003.

- MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária – aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis, 2002.
- MARCUSE, Herbert. “As novas formas do controle; contenção da transformação social”. In: **A Ideologia da Sociedade Unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARTINS, José de Souza. “O senso comum e vida cotidiana”. In: **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de Souza. “Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão”. In: **Caminhada no Chão da Noite**, São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni (et al.). Coleção Os Pensadores, 4^a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2^a. ed. São Paulo: ed. Nova Cultural, Vol. 1, Col. Os Economistas, 1985.
- PAIS, José Machado. “Nas rotas do cotidiano: paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana”. In: **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAIS, José Machado. “Por uma sociologia da pós-linearidade”. In: **Ganchos, tachos e biscates – Jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. 2^a. ed., Vol. 1, São Paulo: Cortez, 2000.
- SINGER PAUL e SOUZA, ANDRÉ RICARDO (orgs.) **Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: ed. Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 vol. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1994.